



HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2016 – PMAA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Nos termos do relatório conclusivo apresentado pela Pregoeira Oficial e a CPL, observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 010/2015, objetivando a contratação de empresa especializada para confecção e pintura de figurinos, para atendimento as atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Antônio Almeida - PI, conforme especificações e quantidades descritas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do Edital e proposta apresentada, **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório em favor de: RAIMUNDA NONATA COSTA MACIEL-MEI CNPJ/MF: 19.785.495/0001-30 com o valor global de R\$: 25.581,60 (Vinte e cinco mil e quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).

Fica desde já convidado o representante legal e/ou procurador da empresa acima mencionada, para comparecerem num prazo de 05 (cinco) dias a contar desta, no Departamento de Licitações e Contratos Administrativo, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI, objetivando a assinatura do contrato objeto da presente licitação, no horário das 07:30 às 13:30 horas.

Antônio Almeida – PI, 05 de Março de 2015.


JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal



CNPJ/MF Nº 06.554.018/0001-11

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2015-PMAA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Nos termos do relatório conclusivo apresentado pela Pregoeira Oficial e a CPL, observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 005/2015, objetivando a contratação dos serviços de terceiros para execução do Frete de Veículos, para atender a demanda Operacional das Secretarias Municipais de Antônio Almeida, conforme Termo de Referência, anexo I da minuta deste Edital e Proposta apresentada, **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório em favor de: MANKARIU VERTUNES PEREIRA-ME CNPJ: 18.152.476/0001-03 com o valor global de R\$: 304.855,00 (trezentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais).

Fica desde já convidado o representante legal e/ou procurador da empresa acima mencionada, para comparecerem num prazo de 05 (cinco) dias a contar desta, no Departamento de Licitações e Contratos Administrativo, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI, objetivando a assinatura do contrato objeto da presente licitação, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

Antônio Almeida – PI, 27 de Fevereiro de 2015.


JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015 – PMAA/PI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 – SRP/PMAA/PI
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, localizada na Praça Agostinho Varão, nº 176 – Centro, na sede da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI, representada por João Batista Cavalcante Costa portador do R.G nº 144.856 – SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº 047.075.673-04, e as empresas qualificadas abaixo, nos termos da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei federal nº 8.883/94, da Lei Federal nº

10.520/02, Lei Complementar Nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147/2014, Decreto Estadual nº 11.319 de 13.12.2004, Decreto Estadual 11.346/04, Decreto Federal Nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 044/2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme HOMOLOGADO no Processo Administrativo nº 004/2015 – CPL/PMAA/PI, referente ao Pregão Presencial – SRP Nº 003/2015 – CPL/PMAA/PI. Os preços registrados constam da planilha de preços (ata de abertura da sessão) em anexo, devendo-se observar quanto ao fornecimento, as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 003/2015, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, Decreto Estadual nº 11.319 de 13.12.2004, Decreto Estadual 11.346/04, Decreto Federal Nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 044/2013, com objetivo de disponibilizar para os órgãos/entes, preços para posterior e oportuna contratação de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA, a serem entregues em sua totalidade, parceladamente ou não, conforme o objeto e a necessidade de cada órgão/ente da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida, Estado do Piauí, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.

1.1- Registro de Preços de bens, para atender os órgãos/entes da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI, conforme relacionados em anexo, sob especificações técnicas e estimativas médias de consumo.

1.1.1- A aquisição do bem objeto desta licitação será solicitada diretamente a equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o produto, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.2- Os bens deverão ser entregues, após solicitação formal de cada órgão/ente e gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação de Antônio Almeida - PI.

1.3- Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória prestação

dos serviços objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento do almoxarifado sofra qualquer solução de continuidade.

1.4- Os órgãos/entes não se obrigam a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Administração ou gerenciamento da presente ata caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMAA/PI.

3. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO

3.1- Da Solicitação:

A Administração deverá emitir Ordens de Fornecimento (OF), ou instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e total e prazo de fornecimento, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMAA/PI, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

3.2 – Na OF ou documento equivalente deverá estar declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

3.3- Do Fornecimento: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o material requisitado no prazo de 08(oito) dias úteis, a contar do Recebimento da OF e da Nota de Empenho.

4. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO:

4.1. Os preços ofertados, especificação e consumo médio anual, marca do produto, empresa e representante legal encontram-se enunciados nesta ata.

5. DO PRODUTO

O objeto fornecido deverá estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes do anexo I do edital de Pregão Presencial nº 003/2015 – SRP/PMAA/PI.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS;

6.1- A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI, representando os órgãos/entes aderentes, e a(s) Detentora(s), terá validade *não superior a 12 (doze) meses*, a partir da data de assinatura deste instrumento.

6.1.1- A(s) detentora(s) (Empresa) da Ata de Registro de Preços deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término da vigência desta Ata. A ausência do pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

6.2- À Comissão Permanente de Licitação CPL/PMAA/PI, no atendimento do interesse público, fica assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção no fornecimento, caso esta Ata com força de contrato não seja prorrogada, na forma do subitem acima.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA;

7.1- O local de entrega dos bens será designado por cada órgão/ente, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados da data do recebimento/ Retirada da OF e Nota de Empenho.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

8.2. Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

(Continua na próxima página)



8.3. – Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar ao órgão/ente, os documentos abaixo relacionados:

- a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS.
 - b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
 - c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.
- 8.4. – Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.5. – Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a) – A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) – Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

9.1 As solicitações do objeto serão efetuadas pelo setor de compras de cada órgão/ente responsável pela guarda e dispensação e a autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

10. DO CONTRATO

10.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

10.2 O contrato de fornecimento será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

10.3 Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1 Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI.

11.2 O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º 003/2015.

11.3 Fica estabelecido a obrigatoriedade do detentor da Ata no fornecimento com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), no consumo médio anual, estipulado no Anexo I do referido Edital, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem prévia comunicação.

11.4 Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

12. DAS PENALIDADES:

12.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais estabelecidas.

12.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência.

12.2.2 Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

12.2.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de Antônio Almeida, Estado do Piauí, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.4 - As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos por cada órgão/ente ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

12.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13. - DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

13.1 - Os Objetos deverão ser entregues de acordo com as necessidades de cada órgão/ente.

13.2 - A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa de cada órgão/ente, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

13.3 - A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

13.4 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em local designado por cada órgão/ente, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

13.5 - O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local designado, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

13.6 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

13.7 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

13.7.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13.7.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

13.7.2. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

13.8 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

14. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

14.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeira inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.

14.2- Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

14.3 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, evitando, contudo, solução de descontinuidade dos fornecimentos. Não haverá procedimento de revisão ou atualização em prazo inferior à 60 (sessenta) dias contados da publicação do Extrato, independente do motivo que possa ser alegado.

14.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

15 - DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

15.1 - Os bens similares às especificações dos objetos contemplados neste certame poderão ser renegociados com as empresas que tiverem seus preços registrados (detentores da ata), somente na hipótese do assecuramento de reais vantagens para a contratação, o que deve ser justificado no processo administrativo, sempre tendo como parâmetro o preço registrado e as condições reais de mercado.

15.2 - A renegociação, no ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade e qualidade do objeto demandado, ficando estipulado como parâmetro máximo, o preço registrado correspondente ao valor da unidade.

16 - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.

16.1- Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

16.1.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

16.1.2- a detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.

16.1.3- a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;

16.1.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

16.1.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;

16.1.6- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

16.1.7- sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

16.1.8 - a comunicação de cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no DOM/PI, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.

16.1.9 - Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMMA/PI qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.

16.2- Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.

16.2.1- A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 7, caso não aceitas as razões do pedido.

16.2.2- A rescisão ou suspensão do objeto com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

16.3- A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s).

17. DISPOSIÇÕES GERAIS;

17.1- O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.

17.2 - Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo).

17.3- Os pedidos às detentoras da Ata, deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de "fac-símile" ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.

17.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.

(Continua na próxima página)



17.5- Caso o fornecimento do objeto não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.

17.6- O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P. independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readaptação através da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMAA/PI, nesse intervalo de tempo.

17.7- Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido na data 24 (vinte e quatro horas) da data da postagem, para todos os efeitos legais.

17.8- A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMAA/PI, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

17.09- As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.

17.10- Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material conforme definido na sua proposta e aceito pelo pregoeiro, sem prejuízo de todas disposições previstas no Código do Consumidor.

17.11- Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P. é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de Antônio Almeida - Piauí, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

Antônio Almeida- PI, 25 de Fevereiro de 2015.

Contratante:

Prefeitura Municipal de Antônio Almeida - PI
Maria Félix Alves da Costa
Gerenciador do SRP

Contratado(s):

NORTE SUL ALIMENTOS LTDA
CNPJ/MF: 03.586.001/0001-58



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, s/n – Bairro Nova Corrente
Fone: 89-3573-2533 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71
e-mail: corrente.educa@gmail.com

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMEEC Nº 002/2015.

CONTRATANTE: Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura CNPJ nº 06.082.413/0001-49.

CONTRATADO: Lucas de Almeida Martins CPF: 026.986.343-59 e RG: 2.803.493 - SSP/PI

OBJETO: Prestação dos serviços como Professor de 20h, ministrando aulas de informática no Telecentro, com atribuições diretas na Superintendência de Educação da Secretaria de Municipal de Educação, Esportes e Cultura-SEMEEC, em virtude de não ter abertas vagas para o cargo acima citado no Concurso Público de nº 001/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: FUNDEB/SEMEEC/FME
VALOR TOTAL: R\$ 10.547,79 (Dez mil, quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos)

PAGAMENTO: Mensal R\$ 958,89 (Setecentos e vinte e quatro reais), conf. prest. de serviço.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.
DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMEEC Nº 003/2015.

CONTRATANTE: Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura CNPJ nº 06.082.413/0001-49.

CONTRATADO: Amílto Maciel de Sousa CPF: 011.014.523-23 e RG: 2.374.353-SSP/PI

OBJETO: Prestação de serviços como Professor 40 h na Escola Municipal Cristiano Maciel na localidade Pastores/Santa Marta, com atribuições diretas na Secretaria de Municipal de Educação, Esportes e Cultura-SEMEEC, em virtude de não ter abertas vagas para o cargo acima citado no Concurso Público de nº 001/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: FUNDEB/FME/SEMEEC
VALOR TOTAL: R\$ 21.095,58 (Vinte e um mil noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
PAGAMENTO: Mensal R\$ 1.917,78 (Um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), conf. prestação de serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.
VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.
DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMEEC Nº 004/2015.

CONTRATANTE: Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura CNPJ nº 06.082.413/0001-49

CONTRATADA: Patrícia de Araújo Nogueira CPF: 890.958.201-49 e RG: 1.842.137-SSP/DF

OBJETO: Prestação dos serviços como Professor de 20h ministrando aula na Escola de Dança, Música e Artes Cênicas na Superintendência de Educação, com atribuições diretas na Secretaria de Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em virtude de não ter abertas vagas para o cargo acima citado no Concurso Público de nº 001/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: FUNDEB/SEMEEC/FME
VALOR TOTAL: R\$ 10.547,79 (Dez mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos)
PAGAMENTO: Mensal de R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), conf. Prest. do serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMEEC Nº 005/2015.

CONTRATANTE: Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura CNPJ nº 06.082.413/0001-49

CONTRATADA: Laurene Alves do Nascimento CPF: 510.279.763-87 e RG: 2.451.959-SSP/PI

OBJETO: Prestação de serviços Professora de 20h ministrando aulas de Informática no Telecentro, com atribuições diretas na Superintendência de Educação da Secretaria de Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em virtude de não ter abertas vagas para o cargo acima citado no Concurso Público de nº 001/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: FUNDEB/SEMEEC/FME
VALOR TOTAL: R\$ 10.547,79 (Dez mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos).

PAGAMENTO: Mensal de R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), conf. Prest. do serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMEEC Nº 006/2015.

CONTRATANTE: Sec. Mun. de Educação, Esporte e Cultura CNPJ nº 06.082.413/0001-49

CONTRATADA: Edinalva da Cunha Souza CPF: 915.235.593-49 e RG: 1.743.235-SSP/PI

OBJETO: Prestação de serviços como Professora 20h na Escola Municipal João Benício Magalhães, no Povoado de Riacho Grande, com atribuições diretas na Secretaria de Municipal de Educação, Esportes e Cultura, em virtude de não ter abertas vagas para o cargo acima citado no Concurso Público de nº 001/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: FUNDEB/FME/SEMEEC
VALOR TOTAL: R\$ 10.547,79 (Dez mil quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos).

PAGAMENTO: Mensal de R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), conf. Prest. do serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMA Nº 005/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Corrente – CNPJ nº 06.554.257/0001-71

CONTRATADO: João Valdemir B. da Silva CPF: 9 044.224.033-38 e RG n.º 1.743.325-SSP/PI

OBJETO: Prestação dos serviços como Vigia na Torre do Sinal de Transmissão de Televisão para o município de Corrente-PI, tendo em vista de não haver sido realizado concurso público para o referido Cargo constitui essencial necessidade, assim autoriza o Prefeito Municipal, a Contratação por Tempo Determinado.

RECURSOS FINANCEIROS: FPM/ICMS/ISS

VALOR TOTAL: R\$ 8.668,00 (Oito mil seiscentos e sessenta e oito reais)

PAGAMENTO: Mensal de R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) conf. Prest. de serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMA Nº 006/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Corrente – CNPJ nº 06.554.257/0001-71

CONTRATADO: Adenison da Silva Mendes CPF: 874.505.003-10 e RG n.º 2.202.613-SSP/DF

OBJETO: Prestação dos serviços como Vigia para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural-SEMDER, tendo em vista de não haver sido realizado concurso público para o referido Cargo constitui essencial necessidade, assim autoriza o Prefeito Municipal, a Contratação por Tempo Determinado.

RECURSOS FINANCEIROS: FPM/ICMS/ISS

VALOR TOTAL: R\$ 8.668,00 (Oito mil seiscentos e sessenta e oito reais).

PAGAMENTO: Mensal R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) conf. Prest. de serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMA Nº 007/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Corrente – CNPJ nº 06.554.257/0001-71

CONTRATADO: Humberto de Souza Barros CPF: 965.560.563-91 e RG n.º 1.630.539-SSP/PI

OBJETO: Prestação dos serviços como Vigia para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural-SEMDER, tendo em vista de não haver sido realizado concurso público para o referido Cargo constitui essencial necessidade, assim autoriza o Prefeito Municipal, a Contratação por Tempo Determinado.

RECURSOS FINANCEIROS: FPM/ICMS/ISS

VALOR TOTAL: R\$ 8.668,00 (Oito mil seiscentos e sessenta e oito reais)

PAGAMENTO: Mensal de R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) conf. Prest. de serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO – SEMA Nº 008/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Corrente – CNPJ nº 06.554.257/0001-71

CONTRATADO: Cristiano Maciel de Sousa CPF: 036.751.601-22 e RG n.º 3.003.436-SSP/PI

OBJETO: Prestação dos serviços como Vigia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural-SEMDER, tendo em vista de não haver sido realizado concurso público para o referido Cargo constitui essencial necessidade, assim autoriza o Prefeito Municipal, a Contratação por Tempo Determinado.

RECURSOS FINANCEIROS: FPM/ICMS

VALOR TOTAL: R\$ 8.668,00 (Oito mil seiscentos e sessenta e oito reais)

PAGAMENTO: Mensal de R\$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) conf. Prest. de serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 32 da Lei Ordinária nº 572/2014 (LDO/2015), c/c o Art. 37, IX, da Constituição Federal.

VIGÊNCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Fevereiro de 2015.

(Continua na próxima página)